



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Ata da 22ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Sessão realizada de forma remota, aos 20 dias do mês de maio do ano de 2021.

Composição da mesa na abertura dos trabalhos

Presidente

Vereador Valdir José Dowsley – Dinho (AVANTE)

Primeiro-Secretário

Vereador Damásio Franca Segundo Neto (PP)

Lista de vereadores presentes de forma virtual

Vereadora Eliza Virgínia de Souza Fernandes (PP)

Vereador Thiago Nóbrega de Lucena (PRTB)

Vereador José Luiz Pereira Gonçalves – Bispo José Luiz (REPUBLICANOS)

Vereador Antônio Luiz de Lima Filho – Toinho Pé de Aço (PMB)

Vereador Bruno Farias de Paiva (CIDADANIA)

Vereador Carlos Henrique da Costa Santos – Carlão (PATRIOTA)

Vereador Emannuel Bezerra dos Santos – Emano Santos (PV)

Vereador Fernando Paulo Carrilho Milanez Neto (PV)

Vereador Francisco Henrique da Silva – Chico do Sindicato (AVANTE)

Vereador Ives Rocha Leitão – Mikika Leitão (MDB)

Vereador João Bosco dos Santos Filho – Bosquinho (PV)

Vereador José Freire da Costa – Zezinho Botafogo (CIDADANIA)

Vereador Junio Leandro Azevedo de Macedo (PDT)

Vereador Luís Flávio Medeiros Paiva – Dr. Luís Flávio (PSDB)

Vereador Marcílio Pedro Siqueira Ferreira – Marcílio do HBE (PATRIOTA)

Vereador Marcos Alexandre de Oliveira Lima Sobreira – Coronel Sobreira (MDB)

Vereador Marcos Bandeira Pequeno (PMB)

Vereador Marcos Henriques e Silva (PT)

Vereador Marmuthe de Souza Cavalcanti (PSL)

Vereador Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho (CIDADANIA)

Vereador Ronivon Ramalho Diniz – Mangueira (PP)

Vereador Tanilson Tarso Nobrega Soares (AVANTE)

Ausentes com justificativa: Vereador Paulo Tarcísio Pessoa Jardim (PATRIOTA) e Vereador Durval Ferreira da Silva Filho (PL)

Ausentes: Vereador Carlos Gustavo Gomes de Oliveira – Guga (PROS)



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ABERTURA

Às 10h, o Sr. Presidente, vereador Dinho, disse: “Sob a proteção de Deus, em nome do povo pessoense, declaro abertos os trabalhos desta sessão ordinária e convido o vereador Coronel Sobreira para ler o texto bíblico”.

1 PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. Primeiro-Secretário procedeu à leitura da ata da 21ª Sessão Ordinária. O Sr. Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata. Após acordo, a ata foi considerada lida e aprovada. Em seguida, leu os seguintes documentos do expediente em mesa*.

Justificativa de ausência: Comunicado de ausência do vereador Tarcísio Jardim na atual sessão ordinária.

Justificativa de ausência: Comunicado de ausência do vereador Durval Ferreira na atual sessão ordinária.

1.1 Discussão e votação de requerimentos, ofícios e indicações ()**

Aprovados os requerimentos, os ofícios e as indicações que constam na pauta do Setor do Expediente (SAPL). Conforme artigo 89, § 2º do Regimento Interno, foram retirados da pauta de votação os requerimentos, ofícios e indicações dos vereadores ausentes na sessão.

1.1.1 Discussão das indicações em destaque:

Não houve.

1.1.2 Discussão dos requerimentos em destaque:

Em destaque ao requerimento nº 23, de autoria do vereador Marmuthe Cavalcanti – O autor da proposição destacou o voto de aplauso ao jornalista paraibano Écliton Monteiro.

Em destaque ao requerimento nº 17, de autoria do vereador Milanez Neto – Os vereadores Junio Leandro e Marcos Henriques solicitaram o registro de seus votos contrários ao voto de aplauso. A Sr.^a vereadora Eliza Virgínia questionou se o voto de aplauso havia sido aprovado por unanimidade ou não. O Presidente, vereador Dinho, confirmou o registro dos votos contrários e a aprovação do requerimento.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Em questão de ordem, o Sr. vereador Junio Leandro solicitou que, a partir da próxima sessão, todos os requerimentos da pauta fossem lidos. O Presidente, vereador Dinho, colocou que a pauta ficava disponibilizada no SAPL no dia anterior a sessão ordinária e que a leitura da pauta por completo poderia inviabilizar o andamento das sessões ordinárias, por causa da demora para o término da leitura. O Sr. vereador Milanez Neto pediu que não se voltasse discussão de matérias já aprovadas. O Sr. vereador Bispo José Luiz referendou a informação da pauta ser disponibilizada com antecedência no SAPL.

1.2 Informes

O Presidente, Sr. vereador Dinho, parabenizou todos os presidentes das Comissões Permanentes da CMJP, destacando a atuação e produção das comissões, além do trabalho dos demais vereadores no dia a dia da câmara. Em seguida, registrou que no dia de ontem havia realizado a assinatura de projeto de lei que irá tramitar nas comissões para a construção de uma nova sede para a Câmara Municipal de João Pessoa, “foi assinado ontem e, em breve, estaremos votando a autorização legislativa para o empréstimo da Caixa Econômica para a construção do novo prédio. Avancamos na primeira etapa, assinar para liberação do recurso. Todos sabem que a CMJP foi construída na década de 70, para 12 vereadores, hoje somos 27 com possibilidade de ampliação, não temos estrutura para atender a população, não temos estrutura nos gabinetes. Quero, em nome do poder legislativo, parabenizar Cícero Lucena pela liberação e nossa parceria com o poder executivo. Tenho fé que vamos construir a nova sede”. O Sr. vereador Damásio Franca Neto parabenizou a possibilidade de construção de um novo prédio para a CMJP, afirmou que a sede atual não conta com acessibilidade e que, no período de chuvas, é inviável atender a população.

1.3 Comentários

O Sr. vereador Junio Leandro disse: “Venho trazer uma triste notícia em relação aos usuários de transporte coletivo na cidade de João Pessoa. A partir do dia de ontem, a integração não valerá para a região metropolitana da cidade de João Pessoa, ou seja, aqueles trabalhadores que trabalham em Bayeux, Santa Rita, Cabedelo terão que pagar mais uma passagem para se locomover. Queria expor minha indignação e revolta com mais esse sacrifício contra o bolso do trabalhador e da população da grande João Pessoa. Vendo algumas matérias, a alegação da empresa é de que estão passando por sufoco financeiro no período da pandemia. E o trabalhador? Está bem financeiramente? O assalariado? O trabalhador que agora vai ter que pagar uma passagem a mais? Isso pode ser uma fumaça sobre um possível aumento nos valores das passagens. Vejo metrópoles no Nordeste em que o ônibus anda uma quilometragem enorme e não é esse valor. O transporte coletivo dessa cidade é uma concessão pública e cabe ao Executivo e ao Legislativo ter o seu papel diante disso. Tem um projeto meu que está na CJRLP, que foi negado e eu vou recorrer, proibindo a dupla função, não estou entrando em mérito trabalhista. Eu estou dizendo que o usuário corre riscos e temos o dever de proteger a vida do usuário



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

quando o motorista tem que trocar R\$ 50 reais e depois dirigir o ônibus passando troco. Isso o nosso mandato não é a favor”.

O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Senhor Presidente, gostaria de parabenizar a iniciativa de vossa excelência dentro da Câmara, de toda a Mesa Diretora, do prefeito Cícero Lucena por poder dar à cidade de João Pessoa, ao Poder Legislativo, um prédio a altura do que é o Parlamento para a democracia pessoense. E eu queria, também, neste instante fazer um registro, por dever e obrigação, do esforço do ex-presidente Marcos Vinícius na idealização e pelo início da luta desse trabalho para nova sede da Câmara de João Pessoa. A cidade precisa de um novo prédio, não são os vereadores que precisam, quem utiliza a Câmara Municipal é a sociedade. Eu tenho a certeza que essa será uma iniciativa importantíssima. E eu deixo, enquanto vereador e enquanto cidadão, meu agradecimento na condição de vereador da cidade de João Pessoa, pelo respeito do prefeito Cícero Lucena para com a Câmara, para com a cidade e para com a sociedade”.

O Sr. vereador Marcos Henriques inicialmente apresentou um vídeo sobre a cobrança da manutenção da integração intermunicipal nos transportes coletivos da Região Metropolitana de João Pessoa. Em seguida, disse: “Ontem, eu tive o cuidado de ir até a integração, ali várias pessoas de Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Conde, desembarcam e tem na integração o trânsito livre podendo integrar e ir para qualquer bairro de João Pessoa. Eu trago aqui a preocupação de pessoas que trabalham como secretárias, domésticas, pessoas que trabalham no comércio que moram em Bayeux e Santa Rita e vão ter um valor financeiro muito alto na composição da renda familiar de cada um e de cada uma”.

O Sr. vereador Marcílio do HBE disse: “Hoje, dia 20 de maio, um dia super especial porque é o Dia do Pedagogo. O pedagogo que é aquele profissional que trabalha dando o suporte dentro de uma escola. Ele trabalha na coordenação, na supervisão, na administração, na direção pedagógica da escola. Portanto, quero aproveitar o dia de hoje para parabeniza-los, pelo empenho, pelos trabalhos realizados e pela condução, a cada dia, de todos os projetos e processos da escola. Ao mesmo tempo parabenizar o prefeito Cícero Lucena. Ontem, pudemos acompanhar a vacina dos profissionais de educação, e a gente via no semblante de cada um a satisfação, a alegria de estar recebendo a primeira dose da vacina. A gente presenciou, a gente ouviu de cada profissional de educação, do professor ao porteiro da escola a satisfação e alegria de estar recebendo aquela dose de esperança que é a vacina. Portanto, parabenizar o prefeito e parabenizar também a Funjope, através de Marcos Alves, que está proporcionando um ambiente muito agradável, com voz e violão, e a gente vê a alegria do povo cantando algumas músicas. Portanto, ontem foi um dia especial, onde a gente pôde ver e presenciar todo esse trabalho feito, toda essa dedicação feita através da gestão da cidade de João Pessoa para os profissionais da educação. E assim a gente sabe como aqui outros representantes de classes também esperam que sejam vacinados, e eu também espero, que são os profissionais de segurança, que são os profissionais da Emlur, o atendente de supermercado, que está ali desde o começo e também precisa ser vacinado. Mas a gente precisa enfrentar o Plano Nacional. E aí o nosso prefeito foi muito dinâmico, foi muito direto e pôde



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

fazer um trabalho que pudesse vir realizar essa vacina dos profissionais da educação. Portanto, aqui deixo essa minha homenagem ao pedagogo que ontem teve esse presente por parte da gestão municipal, que foi de ter a sua vacina, essa dose de vida e de esperança. Obrigado senhor presidente”.

O Sr. vereador Carlão disse: “Hoje, o nosso arcebispo Dom Delson faz quatro anos como arcebispo metropolitano da Paraíba, nomeado pelo nosso Papa Francisco. A missão desse homem, nesses quatro anos, dentro da nossa Paraíba, que Dom Delson fez como bom pastor, aquele homem que acolheu as suas ovelhas. Nossa Igreja durante muito tempo sobre uma administração apostólica, depois Dom Delson, ungido pelo Espírito Santo de Deus, senta para arrebanhar as ovelhas de Cristo, para levar as igrejas de Cristo à frente. E é com alegria que, nesses quatro anos que Dom Delson está aqui, enfrentou os desafios mais difíceis da Igreja, um tempo de pandemia, de sofrimento, de dor, de morte, mas também um tempo de salvação. Dom Delson acolheu sua missão como bom pastor e não deixou uma ovelha sequer para trás, não esqueceu do seu povo, sempre à frente das missões, das obras de misericórdia da Igreja”. O vereador prosseguiu elencando o trabalho do atual arcebispo metropolitano da Paraíba e disse: “Essa Casa teve a graça, através de minha autoria, de dar a ele o Título de Cidadão Pessoaense, e lembro muito bem quando também o presenteei com o Brasão, onde ele tem um lema. Todo arcebispo, bispo que assume a Igreja, ele tem um tema, e o lema de Dom Delson é: *ide aos nossos irmãos, ide aos meus irmãos*. E é isso que Dom Delson fez durante todo o tempo, não deixou uma ovelha sequer para trás, não deixou um homem, uma mulher sequer para trás”.

O Sr. vereador Bruno Farias disse: “Senhor Presidente, senhores vereadores, gostaria, também, de parabenizá-lo, vereador Dinho, por ter tido a ousadia de sonhar o mesmo sonho que o vereador Marcos Vinícius, que o vereador Corujinha, o mesmo sonho de todos nós, parlamentares, de oferecermos à cidade de João Pessoa, um Parlamento digno de sua história e da grandeza de seu povo. Nós, como cidadãos, merecemos que nosso Parlamento seja do tamanho de nossas aspirações mais legítimas, do tamanho de nossas experiências democráticas, do tamanho da grandeza de nossos feitos e das realizações dos nossos grandes personagens. Tanto que, aqui, publicamente, deixar os meus parabéns à vossa excelência, em nome de toda a Mesa Diretora, e também, as nossas congratulações à sensibilidade do prefeito Cícero Lucena, que se incorpora a esse sonho que foi cultivado, inicialmente, pelo vereador Marcos Vinícius, que teve continuidade com o vereador Corujinha, e vai se concretizar, sob as bênçãos de Deus, na sugestão, ainda nesse biênio. Todos estão de parabéns porque, de fato, é uma grande realização, é um grande feito, é um golaço que a Mesa Diretora, que essa legislatura, vai entregar ao povo de João Pessoa. Deixando registrado que, para além da obra de pedra e cal, o que é mais importante é o trabalho legislativo que todos os vereadores, tanto da legislatura passada, quanto dessa legislatura, estão ofertando ao povo da nossa cidade: apresentando leis, fiscalizando, sendo porta-voz das demandas da sociedade”.

O Sr. vereador Cel. Sobreira disse: “Eu queria fazer um destaque e queria procurar saber por que não foi inserido o voto de aplauso para os policiais da última terça-feira, naquela ocorrência lá em Manaíra.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

É o sargento Alexandre Araújo, o sargento Miguel Santana, o soldado Rafael Calixto, o soldado João Martins e o soldado Vinícius. Nós solicitamos o voto de aplauso para cada um desses individualmente e foi rejeitado porque havia um pedido do vereador Tarcísio Jardim, e eu já agradeço o reconhecimento do vereador, só que o pedido de Jardim foi no sentido amplo, para a instituição, parabenizando a instituição diante da exitosa operação, mas o nosso foi individualizar os integrantes da operação com um voto de aplauso para cada integrante e houve uma rejeição no sistema. Aí, queria ver com V. Ex.^a como resolver isso. Mas quero fazer esse destaque diante do que aconteceu, da forma que aconteceu e a ousadia, a coragem e a perspicácia, o comprometimento, a competência naquela operação ocorrida na avenida Ruy Carneiro. Isso é para gente perceber o que é a atividade policial, muitas vezes não se observa, não se valoriza, muitas vezes não há um reconhecimento, não somente das autoridades constituídas, mas também da própria sociedade. Esse é o trabalho de Polícia, quando ele faz um juramento ao término do curso, mesmo com risco da própria vida. Essa é a parte final do juramento. Nós precisamos ter esse reconhecimento constante, e no calor da ocorrência, e no teatro de operações, como a gente chama, não há muito tempo para pensar. Diferentemente, e aqui nós temos vários juristas e as pessoas que analisam os projetos, que analisam no cafezinho, no ar condicionado, e pensam e dizem: isso aqui está um pouco complexo, coloca ele ali, depois a gente analisa. A operação policial não dá esse direito. Na operação policial, você entra e tem que concluir e se não tiver o êxito necessário, vocês imaginam o que acontece. Então, eu queria destacar esses policiais da Companhia de Turismo, sob o comando do major Bruno pela exitosa ação naquela ocorrência, na última terça-feira, e aqui a gente vai buscar um voto de aplauso para cada um”.

O Sr. vereador Mikika Leitão disse: “Quero parabenizar V. Ex.^a, não estou querendo lhe agradecer até porque nossa convivência é pouca devido à pandemia, mas V. Ex.^a está dando show como presidente. Por isso teve a unanimidade dos votos na Casa, inclusive o meu, que abdiquei de concorrer para votar em V. Ex.^a e estou vendo que votei certo. Essa Casa e novo plenário que vai ser construído, não será bom só para nós, vai ser bom para o povo. Das vezes que fui no meu gabinete que é pequeno e apertado, o povo reclamou. Isso é uma reivindicação do povo. Como vamos dar conforto e atender o povo se não tem nem onde sentar? Quero aproveitar para, também, parabenizar o jornalista e radialista Écliton Monteiro que completou 10 anos de carreira com muita ética, todas as matérias que eu tenho lido e acompanhado foram com ética e os furos de matérias são com fundamentos verdadeiros”.

O Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti disse: “Presidente, primeiramente eu gostaria de parabenizá-lo pela perspicácia e pela maestria com a qual conduz esse processo de liberação, de autorização com relação ao projeto de construção da nova sede aqui da Casa. Já passou por três gestões aqui na Casa e vamos, com certeza, trazer esse espaço público para que a gente possa não só trabalhar, mas para a gente melhor receber o povo, porque é isso que a gente quer, isso é prioridade. Eu quero parabenizar a Câmara também por ter votado junto comigo no projeto que apresentei para que a gente pudesse criar uma comissão que vai acompanhar os gastos com a pandemia, tanto do poder municipal, acompanhar como está se dando a vacinação para que de fato a gente possa garantir a qualidade, a transparência, a



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

legalidade de todo o processo. Inclusive fui pego de surpresa com a matéria que saiu dizendo que a prefeitura daqui de João Pessoa identifica centenas de casos de pessoas vacinadas com o CPF referente a pessoas mortas. Então a gente precisa acompanhar isso para ver o que de fato está acontecendo e também para preservar o Executivo de lá na frente não estar respondendo por ilegalidade, a gente não ter que instalar aqui uma CPI do covid como acontece lá em Brasília. Então essa comissão vai ser muito importante, vou contar com o apoio dos amigos que fazem parte da comissão para que a gente possa de passo em passo buscar cada vez mais transparência e a melhor aplicação dos recursos públicos no sentido do combate a pandemia. Então a gente vai junto à Secretaria de Saúde para que a gente possa dar uma contribuição para a sociedade, buscando o melhor nesse momento tão necessário. Essa comissão vai fazer história nesta Casa, e agora a gente deu um gesto de compromisso com a sociedade aprovando a criação da comissão que acompanhará todos os gastos, todo o processo de vacinação”.

O Sr. vereador Marcos Bandeira disse: “Bom dia Presidente, bom dia a todos os vereadores, a todos aqueles que estão nos assistindo. Quero iniciar agradecendo ao secretário da Sedurb, Fábio Carneiro, ao diretor de paisagismo, Jair, por ter atendido o pedido da população, a limpeza e a poda da Praça da Juventude no bairro das Indústrias, também a poda de uma árvore na Rua dos Operadores, também solicitamos a poda de todas as árvores da principal do Cidade Verde em primeiro e segunda etapa, graças a Deus eles nos disseram que essa próxima semana será realizada a poda”.

O Sr. vereador Bosquinho disse: “Quero parabenizar o presidente e toda a Mesa Diretora. Fazer coro com a fala do vereador Fernando Milanez e com outros vereadores que me antecederam no sentido de dotar a câmara municipal, as instalações da câmara municipal de João Pessoa, que não nos pertence, pertence a um patrimônio da cidade de João Pessoa, com mais de 457 anos, aproximadamente, nós temos essa câmara que necessita de uma nova instalação. Nós não temos banheiros, sanitários para a população que nos visita. Já passamos por vários perrengues em solenidades onde buscávamos as cadeiras dos gabinetes, a estrutura para ofertar aos visitantes da Casa as condições mínimas para se ter um debate que tivemos aí várias vezes de LDO e outras matérias. Queria chamar atenção também ao Coronel Sobreira que apresentei também requerimento de igual teor parabenizando o comandante Bruno, que vem fazendo um grande trabalho aqui nessa região da orla, apreendendo e acabando, e diminuindo, melhor dizendo, os índices de assaltos e arrombamentos nas residências. E aquela ação foi uma coisa cinematográfica vista na nossa cidade, com relação àquele sequestro na Avenida Rui Carneiro. O desfecho, alguns podem achar ruim, mas o desfecho, se tiver alguma coisa boa de ser avaliada é que a pessoa, a vítima foi salva e o bandido foi detido. Então, é de se ver que a polícia está fazendo um trabalho correto, um trabalho sério. E dizer também do nosso dever enquanto Câmara, enquanto instituição, que possamos usar as nossas redes sociais do sentido de propagar o novo decreto colocando proibição para os estacionamento na orla a partir de hoje, até o dia dois (2) do próximo mês e também a circulação de ônibus que fica até às 23h00 na nossa cidade. Tem também uma



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

orientação para que os idosos possam fazer a utilização deste transporte das 9h às 16h. E veda também o acesso às praças e praias da nossa orla da cidade”.

Em questão de ordem, o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Bruno Farias, informou mudança na relatoria da LDO/2022, com o vereador Carlão passando a ser o relator, substituindo o vereador Zezinho Botafogo. Colocou que a audiência pública para discussão da LDO será realizada no dia 15 de junho, com possibilidade de encaminhar emendas até o dia 18 de junho para o e-mail institucional do vereador relator. Informou, ainda, que haverá sessão especial com a superintendente do IPM, Caroline Agra, na próxima terça feira, 11 horas. O Presidente confirmou a realização da sessão especial.

Em questão de ordem, o Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti parabenizou a realização da sessão especial com a superintendência do IPM. Indagou ao líder do governo, vereador Bruno Farias, quando será realizada sessão com representantes da EMLUR e pediu resposta aos documentos que havia protocolado ao órgão.

O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Primeiramente, gostaria de parabenizar o jornalista Écliton Monteiro, pelos seus 10 anos de trabalho jornalístico responsável. E parabenizar vossa excelência também, Sr. Presidente, pelo ocorrido ontem, e dizer que muito me honra estar ao lado de vossa excelência nessa gestão, participando da Mesa Diretora, e poder participar desse momento histórico da Câmara Municipal de João Pessoa. E na minha fala de hoje, eu quero aqui trazer a minha homenagem, meu respeito aos auxiliares e técnicos de enfermagem, porque hoje, dia 20 de maio, é Dia do Auxiliar e Técnico de Enfermagem”. Leu notícia jornalística tratando sobre a referida data comemorativa, destacando o caráter essencial do trabalho dos técnicos e auxiliares de enfermagem na área da saúde. Em seguida, disse estender sua homenagem aos médicos, enfermeiros e todos os profissionais da saúde. Citou algumas dificuldades pelas quais passavam esses profissionais, “especialmente no momento de pandemia, a exemplo de plantões exaustivos, de terem de ficar privados da companhia de seus entes queridos, seus familiares. São os verdadeiros heróis humanos”.

1.3 Demais Matérias Legislativas Encaminhadas ()**

Em pauta do SAPL.

2 ORDEM DO DIA (*)**

Apreciadas as seguintes matérias:

ITEM 01: VETO TOTAL 317/2020

C Ó P I A



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO TOTAL AO PLO Nº 71/2017, DE AUTORIA DA VEREADORA RAÍSSA LACERDA, QUE DETERMINA A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA CONTÍNUO DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO, NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica: favoráveis: 18; contrários: 04 (Marmuthe Cavalcanti, Junio Leandro, Mikika Leitão, Marcos Henriques); abstenções: 00; ausentes 04.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Dinho, declarou mantido o veto.

ITEM 02: VETO TOTAL 323/2020

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO TOTAL AO PLO Nº 852/2018, DE AUTORIA DO VEREADOR TIBÉRIO LIMEIRA, QUE REVOGA A LEI Nº 7.380, DE 09 DE SETEMBRO DE 1993, REVOGA A LEI Nº 9.560, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013 E DISPÕE SOBRE A NOVA ESTRUTURA DO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA, A SER REGULAMENTADA POR DECRETO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: O Sr. vereador Thiago Lucena disse: “Esse veto, inclusive, já era para ter sido votado desde o ano passado. Já tinha um parecer do vereador Tanilson pela manutenção do veto, não foi votado no ano passado e foi redistribuído para mim este ano, também com parecer pela manutenção do veto, seguindo o mesmo entendimento”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “No início da legislatura passada o vereador Tibério Limeira reuniu a classe artística e de uma maneira bem propositiva versou sobre o Fundo Municipal de Cultura. Um Fundo baseado em alguns parâmetros de democracia, construído coletivamente. Então, esse veto põe abaixo discussões que são feitas há muito tempo. Eu queria apelar aos pares que mantivessem a discussão do projeto do vereador Tibério que fala sobre o Fundo Municipal de Cultura, que foi um projeto feito coletivamente. Então, eu queria pedir aqui que esse veto fosse derrubado”.

Votação Simbólica do veto: favoráveis: 18; contrários: 03 (Junio Leandro, Marcos Henriques, Marmuthe Cavalcanti); abstenções: 00; ausentes 05.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Valdir Dowsley – Dinho, declarou mantido o veto.

Declaração de voto: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Queria lamentar essa manutenção do veto, ainda do governo passado. Estarei juntamente com alguns artistas, inclusive, tentando aperfeiçoar o Fundo Municipal de Cultura. A gente tem um diálogo com o segmento artístico e cultural da cidade e estaremos fazendo esse debate e trazendo à esta Casa para apreciar. Espero que Cícero Lucena tenha sensibilidade e que a gente possa instituir, de uma vez por todas, o Fundo Municipal de Cultura na cidade de João Pessoa”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

ITEM 03: VETO TOTAL 342/2020

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO TOTAL AO PLO Nº 1528/2020, DO VEREADOR TIBÉRIO LIMEIRA, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE COLETORES DE CHORUME EM CAMINHÕES DE LIXO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: Consenso do Plenário.

Votação Simbólica: favoráveis: 19; contrários: 02 (Odon Bezerra, Mikika Leitão); abstenções: 00; ausentes 05.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Dinho, declarou mantido o veto.

ITEM 04: VETO TOTAL 339/2020

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO TOTAL AO PLO Nº 1153/2020, DO VEREADOR LEO BEZERRA, QUE DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES NO SÍTIO OFICIAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL SOBRE O ANDAMENTO DAS OBRAS REALIZADAS SOB SUA RESPONSABILIDADE.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Sr. Presidente, tive o prazer de legislar junto com o vereador Léo Bezerra, que é o atual vice-prefeito de João Pessoa. Vereador Léo Bezerra trazia muitos projetos de transparência à gestão de João Pessoa. Esse projeto nada mais é do que transparência, informar no *site* oficial do Poder Executivo o andamento das obras realizadas na prefeitura, então eu acho que seria um desrespeito, um contrassenso nós não cassarmos o veto da gestão anterior, que dá transparência à gestão atual. E eu queria, nesse momento, parabenizar o vereador Léo Bezerra, atual vice-prefeito, por ter trazido, ter feito projetos de transparência que vão, inclusive, ajudar na sua gestão e interagir melhor com a população de João Pessoa”. O Sr. vereador Junio Leandro acostou-se à fala anterior e disse: “Aproveitar para parabenizar o colega Léo Bezerra, que foi vereador dessa Casa e é muito querido por todos nós. E eu tenho certeza que essa Casa também preza pelo desejo da população, da transparência. Eu li o projeto de lei, muito bom, visa colocar no Portal da Transparência as datas de início, data de fim, valores, então a população que nos assiste hoje deve estar ansiosa, porque facilita o acesso à transparência das obras aqui no município. E agora como vice-prefeito, com certeza, ainda defende essa transparência. E essa Casa vai derrubar o veto, com certeza, do ex-gestor que não tinha compromisso nenhum em transparência”. O Sr. vereador Odon Bezerra disse: “Sr. Presidente, senhores vereadores, quando esse PL chega até a CCJ, ele não foi aprovado à unanimidade. Eu, por uma questão de coerência, por tudo que prego na vida e por respeito, inclusive, aos ideais do vice-prefeito Léo Bezerra, votei pela derrubada do veto, porque entendo que hoje, principalmente hoje



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

mesmo, a transparência é princípio de tudo, então eu mantenho essa coerência e votarei pela derrubada do veto”. O Sr. vereador Carlão disse: “Presidente Odon, não esperava nada diferente da sua posição. Transparência é um dos princípios republicanos do nosso Brasil, é ela que fundamenta, inclusive, a própria ação pública, de modo que, quanto mais transparência, maior informação à sociedade. Acompanho a derrubada do veto por entender que todo homem público tem obrigação, ele está preso, no momento que ele se lança como candidato, como gestor, está preso a esse princípio de transparência, que fortalece os princípios republicanos”. O Sr. vereador Marmuthe Cavalcanti disse: “Eu gostaria de parabenizar o ex-vereador Léo Bezerra por ter tido esse olhar especial que coaduna com a nossa forma de fazer político. Inclusive, apresentei, agora nesta legislatura, um projeto semelhante, e que, com certeza, no momento oportuno também será apreciado aqui pela Casa, está em tramitação. Fiquei também bastante entusiasmado com o posicionamento do presidente da CCJ, o vereador Odon Bezerra. A população espera de nós, agentes políticos, isso: a busca pela probidade, pela transparência, pela legalidade, e nada mais do que obrigação nossa legislar nesse sentido, buscando, cada vez mais, que a gente possa exercer nosso papel fiscalizador e que a gestão municipal possa ser o mais transparente possível. Então, a derrubada do veto, nesse momento, é uma resposta que a gente dá à sociedade. Então, eu peço a todos os vereadores para que a gente possa dar esse gesto agora, essa resposta, derrubando esse veto e a Câmara dar também um exemplo para todas as câmaras do país, fazendo esse movimento para que, de fato, a gente busque, cada vez mais, a transparência da gestão. E isso não é nada demais, mostrar apenas os dados e torná-los cada vez mais públicos”. O Sr. vereador Marcílio do HBE disse: “Bom dia, Presidente, vereadores. Eu quero já fazer a minha declaração de voto pela derrubada do veto também. A gente viveu uma gestão passada de decorar obras com muitas placas, com valores, e cadê o prazo final da conclusão da obra?”. O vereador citou obras inacabadas, que teriam sido iniciadas na gestão municipal anterior, e reiterou seu voto pela derrubada do veto. O Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “Eu não poderia deixar de falar, de me posicionar nesse instante e parabenizar, já de início, o vereador Odon Bezerra pela coerência. Ao derrubar o veto, a gente não está fazendo nada demais, porque há uma lei federal, há 10 anos, estamos em 2021, a lei é de 2011, que fala da transparência. E olha que ainda temos dificuldades de expor, de tornar as administrações públicas totalmente transparentes. Então, eu também já declaro o meu voto pela derrubada do veto”. O Sr. vereador Mikika Leitão disse: “Bom dia, Sr. Presidente, colegas vereadores e a vereadora Eliza. Eu também queria dar parabéns ao ex-vereador Léo Bezerra, porque a gestão passada parece que não gostava muito das coisas preto no branco não, né? Porque hoje o povo quer transparência”. Declarou voto pela derrubada do veto. O Sr. vereador Milanez Neto disse: “Eu acho que transparência é uma tendência que os poderes públicos precisam demonstrar, até porque nós somos servidores do povo, e o povo precisa saber aonde o dinheiro dele está sendo aplicado, então eu vou me posicionar de forma muito tranquila pela derrubada do veto. Eu acho que essa é uma tendência de todas as capitais, do Brasil como um todo, é isso que a sociedade exige de todos nós. E eu queria também aproveitar para responder uma crítica que não me cabe, até porque eu não fui secretário da gestão anterior, mas para quem acompanhou a imprensa, para quem conhece o noticiário de nossa cidade, sabe que o trabalho realizado pelo ex-vereador Bira, à frente da Secretaria de Transparência,



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

serviu como modelo e foi premiado por anos consecutivos como uma das capitais mais transparentes do Brasil. É necessário que a gente não permita que apaguem uma história construída de forma decente pelo companheiro Bira, que foi secretário, que prestou um serviço relevante e que tornou João Pessoa uma cidade transparente, sim”. O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Sr. Presidente, entendo e respeito a posição de cada colega, o voto de cada um. Eu fui relator dessa matéria e mantive o veto por entender o seguinte, até na fala do próprio colega vereador Marcílio, com todo respeito ao meu colega, ele até mencionou de placas que estão lá com a data de início, término, valor da obra, e a obra não saiu, isso é uma outra história. Então, a transparência, pelo meu ver, ela já existia, como bem colocou também o nobre colega vereador Milanez Neto, que João Pessoa veio, por várias vezes, sendo premiada pela questão da transparência. E eu entendi que esse projeto padecia de vício de iniciativa, que isso é uma coisa do Poder Executivo, então entendi e votei pela manutenção do veto, por entender essa questão. Se está sendo feita ou não, é uma coisa, agora, que as placas estão lá anunciando que vai acontecer aquela obra, eu já vi em vários cantos da cidade”.

Votação Simbólica: favoráveis: 7; contrários: 15 (Bruno Farias, Odon Bezerra, Coronel Sobreira, Luiz Flávio, Mikika Leitão, Marmuthe Cavalcanti, Junio Leandro, Milanez Neto, Marcos Bandeira, Marcílio do HBE, Damásio Franca Neto, Carlão, Zezinho Botafogo, Emano Santos e Mangueira); abstenções: 0; ausentes 4.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Dinho, declarou derrubado o veto.

ITEM 05: VETO TOTAL 355/2020

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO TOTAL AO PLO Nº 1801/2020, DO VEREADOR MARCOS VINÍCIUS, QUE DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO E MEDIDAS DE PROTEÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CONSELHOS TUTELARES E ABRIGOS DE ACOLOHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DURANTE A EPIDEMIA DE COVID-19 NA CIDADE DE JOÃO PESSOA.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: O senhor vereador Marcos Henriques disse: “Esse projeto visa à proteção aos funcionamentos do Conselho Tutelar. Na caminhada nossa – e aqui tem o companheiro Marmuthe, companheiro Pé de Aço, que, também tem afinidade com os Conselheiros Tutelares - sabe da precariedade e das deficiências que tem, tanto estruturalmente, como a questão de condições de trabalho. Eu acho que esse projeto visa um olhar diferenciado a esse segmento, que são os Conselhos Tutelares, principalmente, nessa época de pandemia. Esse projeto ele versa, agora, neste momento de pandemia, uma regulamentação na questão do acolhimento. Esse projeto é oportuno e vem a preencher uma lacuna grande, que é a relação com os Conselhos Tutelares. Dessa forma eu queria defender que nós pudéssemos derrubar, também, esse veto”. O senhor vereador Bruno Farias questionou o fundamento do veto e posicionamento da CCJ, disse: “Porque só pela emenda eu já enxergo – embora o projeto tenha nobreza - já nos aponta para a inconstitucionalidade, porque dispõe sobre o



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

funcionamento de medidas de proteção dos Conselhos Tutelares. O Poder Legislativo não tem, através de uma lei de sua iniciativa, como dispor sobre o funcionamento de um órgão que não lhe pertence. Então, a iniciativa dessa matéria deveria ser do Poder Executivo. Eu acredito que a razão do veto, o fundamento do voto e o parecer da CCJ foi pela quebra do princípio da independência dos poderes, e pela iniciativa legislativa ser de atribuição do Prefeito Municipal”. Na sequência, o senhor vereador Damásio Franca Neto leu as razões do veto. O senhor vereador Bispo José Luiz disse que a relatoria coube a ele, e completou: “Invadiu a esfera do Poder Executivo. Não estamos falando do projeto em si, que não resta dúvida ser um excelente projeto. Cabe a nós, na CCJ, a legalidade, juridicidade, técnica legislativa. Então, por esse ângulo, o projeto está, sim, padecendo de vício de iniciativa, por isso foi mantido o veto”. O senhor vereador Odon Bezerra se acostou as falas do vereador Bruno Farias e Bispo José Luiz: “O projeto é de uma sutileza fenomenal, principalmente numa situação que vivemos de pandemia. Entretanto, a sua ementa não pode ser alterada de forma alguma, então, padece desse vício de origem e, aí, mantenho esse posicionamento”. O senhor vereador Marcos Henriques disse: “Uma coisa que tento prezar muito, é pela minha coerência. Eu leio todos os projetos e faço avaliações. Eu queria rever o meu pedido, diante do que falou o vereador Bruno, vereador Bispo e o vereador Odon Bezerra, por conta do vício de iniciativa. O mérito do projeto, eu defendo com unhas e dentes. Agora, não poderia não ter a humildade de reavaliar, por conta do vício de iniciativa relatado por três pessoas, que eu tenho aí o maior respeito. E sei que não iria se debater se, realmente, não fosse estudado e apontado esse vício de iniciativa”. O senhor vereador Marmuthe Cavalcanti disse: “Hoje essa sessão está sendo muito emblemática. Hoje, um projeto apresentado, trazendo um veto da CCJ por vício de iniciativa, a Câmara derruba esse veto, por uma questão, até, de coerência e de comoção social. A sociedade clama por transparência, por probidade. A Câmara deu uma demonstração muito clara, que não existe essa subserviência, como alguém tenta propagar, ao Executivo. Mas é importante deixar muito claro, que essa sessão de hoje marcará muito as nossas próximas sessões de votação de projetos e, principalmente, de vetos. A própria CCJ, o próprio presidente da CCJ, o próprio líder da situação, votou pela derrubada do veto, embora, o veto seja pelo vício de iniciativa. A gente transgrediu uma prerrogativa do Executivo, e nós derrubamos. Então, não há dificuldade nenhuma da Câmara, também, derrubar outros vetos que venham no mesmo sentido, como esse que está que sendo apresentado agora, que eu voto pela derrubada. Inclusive, meu amigo Marcos Vinícius, fez um projeto belíssimo! E eu quero derrubar esse veto”. O senhor vereador Zezinho Botafogo parabenizou a CCJ, e disse: “Tem sido muito cirúrgica, os pareceres tem me contemplado. A gente tem de louvar os pareceres, que são muito bem embasados. Eu acho que Bruno foi muito cirúrgico no que ele falou aqui. Eu vou, nesse projeto, acompanhar o parecer da comissão”. O senhor presidente, vereador Dinho, lembrou que o plenário é soberano: “Existe, inclusive, até recursos que se colocam ao plenário para solicitar, até mesmo, um projeto que foi barrado pela Comissão de Constituição e Justiça. Nós somos um poder harmonioso com o Poder Executivo, mas o plenário é soberano. Então, ganha quem tem maioria. Então, são os vereadores que vão saber se vai derrubar, se vai votar contra ou a favor. Isso aí é a democracia. Todos os recursos, e a parte administrativa, e se essa Casa vai funcionar, é sempre tentando ser um juiz da votação, para ser mais justa. Mas, lembrando aos vereadores, que o plenário é



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

soberano. Mesmo a gente sendo favorável, às vezes, na CCJ, não quer dizer que no mérito, a gente mude de opinião. Isso aqui é uma questão democrática. Por que, na questão legal é uma, e a discussão do mérito, cabe, agora, a gente fazer essa discussão. Então, só para contribuir no debate dos vereadores. Parabenizar os mesmos pelas atitudes. É isso que a população quer ver nessas sessões: o debate, a discussão e autonomia, tanto dos vereadores, como dos poderes”.

Votação Simbólica: favoráveis: 17; contrários: 03 (Junio Leandro, Marmuthe Cavalcanti, Mikika Leitão); abstenções: 00; ausentes 06.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Dinho, declarou mantido o veto.

ITEM 06: VETO TOTAL 19/2021

Autoria: Executivo Municipal

Assunto: VETO TOTAL AO PLO Nº 919/2018, DO VEREADOR HUMBERTO PONTES, QUE DISPÕE SOBRE A COMPROVAÇÃO PELAS CONTRATADAS NOS EDITAIS DE LICITAÇÕES PARA COMPRA DE BENS, CONTRATAÇÃO DE OBRAS OU PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO ATENDIMENTO DO PERCENTUAL MÍNIMO DOS SEUS CARGOS COM BENEFICIÁRIOS REABILITADOS OU DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Parecer: da Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa pela MANUTENÇÃO do veto.

Discussão: O Sr. vereador Bispo José Luiz disse: “Muitas vezes, no âmbito da CCJ, a gente se depara com essa questão de mérito, projetos excelentes, projetos importantes, mas o nosso papel é sempre bater nessa tecla, ver a legalidade, a constitucionalidade. E como V. Ex. ^a colocou, eu lembro de uma situação que eu até falei para um colega: *olha, aqui eu vou me posicionar dessa forma, mas lá no plenário a coisa pode mudar totalmente de cenário*. É o que V. Ex. ^a acabou de colocar, anteriormente. Eu só quero assinar embaixo e dizer que o nosso trabalho tem sido feito com muita responsabilidade na CCJ, até para enaltecer a nossa Casa e trazer respeito para ela”. O Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Eu acho que esse projeto vem corrigir algo muito difícil na nossa cidade que é a questão de pessoas com deficiência no município de João Pessoa e esse projeto do vereador Humberto Pontes, ele pede a comprovação, é um projeto de transparência tal qual foi o projeto que nós votamos anteriormente, não vejo inconstitucionalidade, não vejo vício de iniciativa nesse projeto, motivo pelo qual eu quero votar a favor desse projeto e contra o veto”.

Votação Simbólica: favoráveis: 19; contrários: 02 (Junio Leandro e Marcos Henriques); abstenções: 00; ausentes: 05.

Situação: O Presidente, Sr. vereador Dinho, declarou mantido o veto.

ITEM 07: PR 07/2021

Autoria: Vereador Tanilson Soares



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

Assunto: ALTERA O §2º PARÁGRAFO E REVOGA O §3º PARÁGRAFO DO ART. 153, DA RESOLUÇÃO Nº 5, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE DISPÕE SOBRE O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA.

Situação: Retirado da pauta a pedido do autor.

3 GRANDE EXPEDIENTE (**)**

1º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Junio Leandro, disse: “Venho novamente aqui nesta Casa trazer o tema o qual eu tenho me debruçado quase que diariamente, que é esta reforma da Previdência e que vi com muita satisfação aí a vinda da superintendente na terça-feira. Irei participar de forma atenta e já irei convocar todos os servidores do município para participarem, para acompanharem esta reunião para que todos tirem as dúvidas. Dizer aqui, prestar contas do nosso mandato junto a esses servidores. Eu que sou servidor da saúde do município, sou servidor do quadro e aqui represento também esses servidores e servidoras. Ao entrar aqui me tomei logo a criar a Frente Parlamentar em Defesa do Servidor do Município. Quando a gente abraçou essa gestão, a gente sentou e foi acordada a valorização desses profissionais, a valorização desses trabalhadores da saúde, da Guarda Municipal, o pessoal da Semob, enfermeiros, etc. Então, a gente quer é que venham projetos do Executivo que valorizem os servidores, que valorizem os agentes comunitários de saúde, que agora estão no sol visitando as comunidades distantes, num ano de uma pandemia, que valorizem os enfermeiros que estão na luta diuturnamente contra essa pandemia, pondo em risco sua vida e a vida também dos seus entes queridos, todos os profissionais da saúde em geral, como os profissionais da Guarda e da Semob que estão nesse momento lutando pelo seu pão, e vem essa reforma que visa, de certa forma, tirar direitos. Dizer para esses servidores e servidoras que eu já apresentei aqui as emendas a esse projeto para que esse projeto não tire direitos desses servidores. Para vocês terem uma ideia, os pensionistas de um possível servidor, ele pode ter uma perda aí de 50% do salário. A esposa do servidor ou o esposo de uma servidora que venha a receber uma pensão por morte ou por quer que seja, fora as outras passagens nessa lei que tiram direitos. Então, no dia de hoje reforçar e prestar contas do nosso mandato, dizer para todos os servidores que eu estou ativo, diariamente sentado aqui com o pessoal do jurídico, com o pessoal do gabinete. Estou aqui nesse momento com as emendas que já protocolei junto ao sistema da Câmara para que no momento oportuno a gente possa votar e, eu não tenho dúvida, eu não tenho dúvida que os vereadores aqui dessa Casa, eleitos pela população e pelos servidores e trabalhadores, principalmente os vereadores que votam a favor de voto de aplauso para os enfermeiros, haja vista que hoje é o dia do profissional técnico em enfermagem, então não há uma melhor forma de homenagear esses profissionais. Voto de aplauso para guarda é legal, voto de aplauso para o pessoal da Semob, para os enfermeiros, para o profissional da saúde, é ótimo, mas votar contra projetos que possam tirar direitos desses servidores é melhor ainda. Repito, o servidor não pode pagar conta de gestão que veio de outras épocas. Isso se acumulou com o tempo por ingerências de prefeitos que



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

passaram pela Prefeitura Municipal de João Pessoa e criou essa bola de neve. Existe déficit, existe, mas tem que ser construído com todas as mãos. Tem que ser construído pela câmara municipal, tem que ser construído com os presidentes e lideranças das categorias para que não haja prejuízo, nem só do lado do servidor e da servidora como também que viabilize a aposentadoria desses profissionais. Então, nós aqui nessa Casa temos o dever de defender os interesses da população e os servidores e servidoras que exercem com maestria, que servem ao povo dessa cidade. Então, assim seria muito duro durante uma pandemia a gente entregar de presente uma reforma como veio do Poder Executivo. Seria muito duro. Eu estou apresentando aqui emendas que, pelo contrário, que concede aposentadoria especial a quem exerce profissões insalubres e perigosas, que é o caso da Guarda Municipal que está aí na rua todo dia. É o caso do pessoal da Semob que está exposto ao sol. Agora não, mas no futuro pode adquirir um câncer de pele. Ao exemplo de minha categoria de agentes comunitários. Várias companheiras e companheiros já foram acometidos de câncer de pele a longo prazo. Então, merecem uma aposentadoria especial, merecem sim. Os profissionais da Guarda por periculosidade e todas as outras atividades que são perigosas como também as funções que têm agentes nocivos à saúde. Então, apresentamos a supressão de artigos e passagens que tira direitos e apresentamos alteração da lei para dar, para valorizar esses servidores. E também apresentamos uma aposentadoria especial para também aquelas mães de filhos que têm problemas de saúde crônica como Síndrome de Down, como autismo, que não percam o direito de receber 100% do auxílio caso venham a perder seu marido ou sua esposa. Como diz a própria reforma da Previdência né. Então assim, dizer para esses servidores que continuamos na luta e falar só mais uma vez. Um apelo a esta Casa, à Mesa Diretora. Precisamos voltar às audiências presenciais, às sessões presenciais. Essa matéria não pode ser votada de forma remota. Essa matéria tem que ser votada de forma presencial para que, pelo menos, dentro do plenário a gente possa fazer o melhor debate, para que a gente possa fazer uma melhor defesa de nossas emendas. A internet tem muitos problemas, de forma remota tem muitos problemas. Então eu já dou uma sugestão: ou a gente volta os trabalhos para votar essa matéria de forma presencial ou então vamos retirar de pauta. Vamos retirar da pauta e esperar até que essa pandemia nos dê a oportunidade de voltar de forma presencial para que até a gente possa fazer uma audiência pública para discutir com os trabalhadores e servidores e a superintendência do IPM. Vamos dar essa oportunidade a essas pessoas que serão diretamente afetadas. Então, é esse o meu apelo. Eu acho que não é o momento da gente votar uma matéria como essa de forma remota e eu tenho certeza que essa Casa tem compromisso, tem compromisso com os trabalhadores da saúde, da Guarda, da Semob, enfermeiros, médicos e vai fazer com que a reforma passe, mas sem perdas significantes para o bolso dos trabalhadores. Para que quando a gente vá votar um voto de aplauso, a gente possa estar sendo coerente, porque não é justo a gente vai dar o voto de aplauso e depois votar projetos que tiram direitos dos servidores. Não é coerente. Obrigado e permanecemos na luta”.

2º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Marcos Henriques, disse: “Sr. Presidente, senhores vereadores, o que me motivou a hoje ocupar esse espaço do Grande Expediente é o show de horrores que eu venho



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

acompanhando na CPI da Covid. Um show de horrores, de mentiras, de irresponsabilidade. As pessoas que estão ocupando aquele espaço como testemunhas estão desvendando um lado, uma face totalmente irresponsável, incompetente, insana, de um governo que infelizmente foi eleito e está conduzindo os destinos do nosso país. Quem não acompanhou ontem, Pazuello tentando blindar o governo, negando ter recebido ordens diretas no que diz respeito à compra de vacinas. Aí, quando a gente olha um pouco para trás e começa a assistir essa retórica da narrativa da vacina, de um negacionismo, não passa pela cabeça de ninguém que aquelas palavras, algumas, são verdadeiras. O próprio ministro Pazuello, ele falou que Bolsonaro jamais incentivou o uso da cloroquina, e a gente vê que, assim que o Pazuello foi nomeado, o que foi que a deputada Carla Zambelli falou: agora vai ser liberada a cloroquina. Então, o ministro Nelson Teich saiu por quê? Porque discordava do uso da cloroquina. E algo que foi dito pelo ministro Mandetta, que foi negado pelo ministro Pazuello, eu acho que uma acareação caía bem, porque o ministro Mandetta disse que havia um gabinete paralelo, existia o Ministério da Saúde e, paralelamente, tinha um gabinete coordenado pelo vereador Carlos Bolsonaro. O gabinete paralelo dos filhos de Bolsonaro, onde Carlos, ele participou de todas as reuniões oficiais, ele que também coordenava o gabinete do ódio. Ele coordena o gabinete da saúde e coordena o gabinete do ódio, onde as *fake news* são industrializadas e são jogadas para que alguns que não têm o senso crítico acreditem nessa narrativa terrível. O ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, ele jogou a responsabilidade todinha para Pazuello, enquanto que o próprio Pazuello diz que cada ministério tinha sua responsabilidade no que diz respeito à questão das medidas de combate ao covid-19. O ministro Ernesto, que deu um show de incompetência e despreparo quando ele atribuía palavras agressivas aos governos da China, os governos da União Soviética, ele chegou a dizer, em um dos seus artigos, que lá na China tinha o 'comunavírus'. Vejam vocês, o quanto essas frases irresponsáveis de um ministro que deveria deixar a sua ideologia de lado. Cada um pensa o que quer, agora, o que estamos debatendo são vidas humanas, e essas vidas humanas foram totalmente jogadas, secundarizadas em detrimento de uma posição ideológica que não leva a nada. A grande maioria da narrativa ideológica é composta de *fake news*, que muitas vezes, ou em sua totalidade, apenas dialoga com um percentual da população que também pensa a mesma coisa, isso aí ninguém pode negar, em todo canto a gente tem o bolsonarismo raiz, aquele que, se Bolsonaro disser 'é isso', a pessoa não tem o menor senso crítico e vai atrás. No dia 7 de outubro, o ministro Pazuello assinou um protocolo para compra de 46 milhões de vacinas. No dia 20, ele afirmou que compraria, deu uma declaração pública. No dia 21, Bolsonaro desmentiu, ele desautorizou o ministro Pazuello, dizendo que não compraria mais as vacinas e mandou cancelar o protocolo, que só foi renovado, Presidente Dinho, em janeiro, no final de janeiro. Então, nós passamos outubro, novembro, dezembro e janeiro, quatro meses para assinar o protocolo do CoronaVac. Enquanto isso, o show de mentiras continuava. O ministro Pazuello afirmou que o Tribunal de Contas da União tinha chamado o governo para dizer que não era para comprar. Vejam vocês, hoje, o que sai nas páginas dos blogs: Tribunal de Contas da União desmentindo tudo isso. Vamos analisar o que é crime de responsabilidade. Crime de responsabilidade é omissão de socorro, já diz o Código Penal, no artigo 135: '*deixar de prestar socorro a quem não tem condições*'. Eu não concebo as pessoas lutarem, insurgirem contra o crime de responsabilidade da pedalada fiscal e não



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

tem a menor sensibilidade para identificar um crime de responsabilidade muito maior, e dessa vez, caracterizando vítimas, caracterizando a destruição de milhares de famílias, caracterizando algo repugnante na nossa nação, um governo totalmente irresponsável que, devido a sua irresponsabilidade tamanha, hoje chegamos a quase 450 mil mortes. Esse é o governo Bolsonaro, o governo da morte, é um governo genocida, é um governo que trata a vida humana de maneira desrespeitosa. E aí, quando o mundo discute medidas que possam agilizar o processo de vacinação com a quebra de patentes, já dizia Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, autorizou a quebra de patentes. Vladimir Putin, da Rússia, também autorizou a quebra de patentes, o Papa Francisco, ele pede, com a sua simplicidade e sabedoria, pede aos países a quebra de patente, que tem como objetivo a aquisição de insumos para fabricarem as vacinas, haja vista que tantas e tantas pessoas, laboratórios estão aptos a fazer a vacinação. Mas aqui o presidente Bolsonaro não autorizou a quebra de vacinas, por que será? Será que ele quer mais mortes no nosso país? Será que não está bom, presidente Bolsonaro? Será que não está bom os 450 mil mortos quase, que vossa excelência, através do seu governo incompetente, irresponsável, está atribuindo ao nosso país? Um país emergente, que não deveria ter nem a metade, nem um terço dessas mortes que estão permeando o nosso país. Queiroga, nosso conterrâneo, disse que queria 2.400.000 (dois milhões e quatrocentas) doses por dia. Também, pela falta de vacinas, vai ter que desdizer aquilo que disse. É um governo que bate cabeça a todo momento, é um governo que poucas pessoas o defendem”.

Em aparte, o Sr. vereador Carlão disse: “Apenas fazer um contraponto ao que foi falado. A gente viu e está vendo uma CPI que é uma farsa, uma montagem tentando desqualificar o trabalho do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro. Antes, se fazia CPI para se saber o que tinha se saqueado da nação, a exemplo dos Fundos de Pensão, de todo o rombo que foi feito na Petrobras, para pagar deputados e senadores para maquiagem a economia nacional, para identificar corrupção. Mas e agora se faz para quê? Para perseguir um governo que já vem em quarto lugar de vacinação no mundo. A gente tem de estar alerta. É por isso que esse circo está montado no Senado, o Brasil todo está vendo e não vai colar”.

Aparteando, o Sr. vereador Junio Leandro disse: “Eu acompanho diariamente a CPI e uma das coisas que eu fiquei abismado: o Brasil, hoje, é o segundo lugar no mundo onde se tem mais morte por covid. Veja só o tamanho da população brasileira, 211 milhões. O primeiro lugar é os Estados Unidos. E logo, logo, eu acredito que o Brasil, infelizmente, vai passar os Estados Unidos, que tem pouco mais de 500 mil. Então, assim, eu volto a reforçar, eu não tenho dúvidas que no Brasil não se morre só de covid, o que mata é a política negacionista do presidente Jair Bolsonaro e sua trupe. Se aqui no Brasil tivesse outro presidente compromissado, a gente não tinha esse número de mortes, vide os outros países vizinhos, países maiores que o Brasil e com menos mortes. Por que isso? Porque um país que tem o dobro com covid, o vírus escolhe território? É a política negacionista que mata as pessoas juntamente com o vírus. Eu achava que era só o vírus, mas agora, depois da CPI, eu tirei minha dúvida, a política negacionista também mata e matou muitos brasileiros”.

Ao apartear, o Sr. vereador Coronel Sobreira disse: “De fato, a gente quer responsabilizar as mortes no Brasil ao presidente da República, seria injustiça de nossa parte. O vírus está aí, não é um



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

privilégio do Brasil, as mortes, infelizmente, não só ocorrem no Brasil, é pandemia, o nome é muito claro. O Brasil é um país de dimensões continentais, conhecemos o nível educacional do nosso povo. Você vê, um país como os Estados Unidos ainda tem o número bem superior ao Brasil. Brasil e China se parecem muito, no que se refere à economia, à educação. Então, assim, a gente não pode atribuir, claro, e assim, nós somos humanos, nós cometemos erros, e os erros que alguém cometeu, vai responder. Agora, uma coisa patente nessa CPI é que a gente não vê, pelo menos lá do Presidente da República, e ontem o presidente da CPI disse claramente, não posso ser leviano, que há suspeita de desvio de recursos do governo federal. Isso é fato. Então, a CPI não vai detectar desvio de recurso do governo federal”.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Marcos Henriques, disse: “Sr. Presidente, Carlão levantou algo muito importante aí, que é a questão de compra de deputados e senadores. É claro, pelo governo Bolsonaro, isso aí está sendo feito, Centrão, são bilhões e bilhões, como também a corrupção. Quem acompanha os telejornais vê os coronéis aí, alguns deles, enfiados em corrupção, terrível, comprando galpões, comprando cadeiras por R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais). Isso realmente é corrupção. E eu quer dizer que essa CPI existe porque ninguém aguenta mais a irresponsabilidade de tanta morte. Queria encerrar parabenizando o companheiro Écliton Monteiro, jornalista, pelos seus 10 anos na rádio. Muito obrigado, Sr. Presidente”.

3º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Marcílio do HBE, disse: “Eu volto para que a Sedurb venha até o bairro dos Estados, mais uma vez, e veja lá o estado deplorável que estão às pessoas naquele galpão, num risco de vida. A cada dia eu venho alertando, tem requerimentos nossos, indicativos. Lá são vidas humanas, são pessoas que precisam ser orientadas, retiradas, porque um prédio daquele, de muitos anos de uma construção, e ficam fazendo adaptações na parte elétrica, estrutural e tudo isso pode comprometer, e, um dia, Deus o livre, acontecer um acidente grave. Fica no meio de algumas casas, e que pode, dentro de uma pane elétrica, um incêndio, alguma coisa dessa, e isso é de muita preocupação. No bairro dos Estados, ao lado da Emlur, tem o núcleo de reciclado. Então, as pessoas que estão lá, estão usando o motivo de que é um grupo de pessoas recicladas, que está usando aquilo ali como uma associação. Já tem, no bairro dos Estados, um núcleo de reciclado. Ao lado da Emlur que, inclusive, há muitos anos, faz um trabalho excelente lá”. Em seguida, falou sobre as placas indicativas, colocadas pelo poder público, que tratam da construção de obras para as comunidades. Disse: “Isso gera aquela expectativa, ansiedade do morador de ver seu bairro sendo contemplado por uma praça, um campo, um ginásio. E lá tem uma placa indicativa de seis meses, de 1 ano. E essa placa só fica lá decorando, a obra não inicia”. Em seguida, citou a placa para construção do mercado público do bairro Colinas do Sul, com obra prevista para início em setembro de 2020. Continuou: “Hoje a gente vai chegando há quase um ano, por falta de um tijolo ser colocado ali. O morador foi iludido pela gestão passada. Ali ia ser o sonho deles, de ter aquele espaço para comercializar suas mercadorias. E aquelas pessoas merecem isso, porque fazem a renda familiar. Volto a insistir: quando a gente é favorável a uma situação dessas, de que a gestão possa publicar, possa mostrar a sociedade o andamento de cada dia, como está aquela



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

obra, e a gente estar sempre cobrando isso da gestão pública. Essa é a nossa responsabilidade. Essa semana a gente falou sobre o campo da Marquise, mas existem outros campos. Acredito que ali, no Vieira Diniz, tem um campo que ainda não foi concluído. E tem vários espaços que ficaram as placas. Não duvidando da gestão desse grande secretário, dessa grande pessoa, que foi Bira. Sempre foi um cara transparente, há muitos anos trabalhando com transparência no município, e a gente não coloca essa responsabilidade a esse secretário e, sim, à gestão passada. A gestão que entregou escolas, mas esqueceu da manutenção das outras. Que esqueceu que lá tinha uma placa indicativa que dizia que em tal prazo começaria, e em tal prazo terminaria. Essas escolas, essas creches, estão lá, precisando ser feitas, precisando retornar essas aulas”. Em seguida, fez um voto de agradecimento ao superintendente da Emlur: “A gente pôde observar no campo do Xexéu, ao lado do edifício Plaza de Maio, um lixão. E aí, falamos com ele e, graças a Deus, ele mandou toda a equipe da Emlur. Quero agradecer a ele pelo pronto-atendimento à nossa solicitação, à nossa reivindicação, em nome dos moradores do bairro Treze de Maio. Também quero me acostar as palavras de Marmuthe, quanto essa questão da fiscalização das vacinas, das pessoas vacinadas irregulares. Essas pessoas cometeram crime, e essa Casa, sabiamente, aprovou uma lei que pune quem furou a fila, quem tomou a vez. O povo não ajuda, o povo não coopera, infelizmente. Vamos ser realistas. Pessoas furaram a fila usando falsos atestados, falsos documentos. Desde já, Marmuthe, quero dizer a você que faço parte, me integro a essa equipe, para que a gente vá até a secretaria, e peça ao secretário - e dê o suporte ao secretário e à gestão - realmente, investigar, descobrir e punir com rigor, quem fez isso: quem furou essa fila, e quem tirou o direito de outra pessoa que necessitava, no momento, ser vacinada”. Por fim, deu os parabéns ao jornalista Écliton Monteiro: “Pelo brilhante trabalho, Écliton, quero lhe parabenizar. Lhe conheço de muito tempo, tenho a grata satisfação de dizer que tenho uma amizade com você, e que sempre me respeitou e me considerou. E eu, a você, também”.

4º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Carlão, disse: “A gente ontem se deparou com dois decretos. Um do governo estadual e outro do governo municipal, ambos com a mesma finalidade, a necessidade de salvar vidas, de se tentar salvar a vida de um paraibano, de um pessoense, entretanto com realidades distintas porque essas decisões impactam diretamente na vida do ser humano, impactam na vida daqueles que estão nas ruas e não conseguem mais um traslado, ou uma integração para chegar no seu trabalho, e terão que pagar duas passagens de ônibus. Essas decisões impactam aqueles que saem de sua casa e, com o suor do próprio rosto, tentam sustentar a sua família e a gente vê decretos dispostos a salvar vidas. Os vereadores sabem do meu compromisso aqui, queria eu poder me conter mais na minha fala, queria eu poder ser um pouco mais comedido, mas eu não consigo quando a emoção me chega realmente à mente e ao coração. Passei 2 anos e 8 meses nessa Casa, enquanto vereador suplente e todos sabem a realidade de um vereador suplente. Existem algemas invisíveis, mas com todas as algemas que me tentaram lançar, eu sempre tive um compromisso com a livre iniciativa, com as liberdades do povo, o compromisso que tenho de ser um conservador, em abraçar-me com a cruz de Cristo, não como bandeira, mas como salvação. Porque eu venho, nessa história, tentando evoluir e



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

acredito que um homem só cresce, só evolui se compreender que a passagem de Cristo por essa terra, por esse lugar, deixou marcas que transformaram a humanidade, que vai da economia, da política à educação. É com esse compromisso que eu me pego hoje dividido entre dois decretos, dividido entre um homem que entende que fechar os estabelecimentos, restringe mais o comércio, um homem que tenta, ao fim da força, dizer: - é preciso fechar e se restringir ao máximo o comércio, a indústria, o serviço para que a gente salve vidas. Esse homem é do assento do governo do estado. E um outro homem, que João Pessoa elegeu há pouco mais de 6 meses. Já estamos há 5 meses do seu mandato. Está aqui, abertura dos equipamentos educacionais, das escolas, tudo tem que ser de forma remota. Quando se diz calma, alto lá, esse é o prefeito. Vamos tentar de forma híbrida, uma parte remota, outra parte presencial, porque a sociedade vem clamando isso, a educação vem clamando isso, os pais que lutam pela educação vêm clamando isso, porque as pessoas que precisam sair para trabalhar precisam deixar seus filhos nos estabelecimentos de educação, para que elas possam sustentar a sua casa, a sua família. E a gente diz: que bom. Que bom que existe um assento no poder executivo que sinaliza para o comércio. Aí, a gente olha o outro que diz, com assento no governo do estado: - olha, fecha tudo, fecham estabelecimentos. E os músicos? Os que mais sofreram nessa pandemia, não podem, sequer, um ou dois irem cantar para tentar com sua viola, com sua música levar o pão para a sua casa. Eu tenho meu salário, os vereadores daqui também e o que fizeram os músicos? Eu tenho certeza de que quase todos os vereadores dessa Casa receberam ligações e mensagens, pedindo e clamando que os músicos recebessem um auxílio. Aí, a gente vê o outro decreto, do Executivo municipal que diz: - é possível, sim, que os bares estejam abertos até com 2 ou 3 músicos. Salvo engano, foi isso que eu compreendi. Para que mesmo nesse período de restrição, a gente consiga passar um pouco de esperança através do som. E quem sabe escutar uma boa música, saber o valor e a liberdade que ela traz pra gente. Eu tenho visto e eu tenho lutado muito. Quando eu não era vereador, eu não tinha mandato, não podia falar. Eu posso ter um compromisso, com qualquer um dos chefes do poder executivo. O compromisso com a liberdade e um com o diálogo. Esse compromisso, com qualquer um dos chefes do poder executivo, eu assumo, mas por favor, não me peçam para que donos de estabelecimentos comerciais, donos de suas empresas, que lutaram, que se esforçaram e abriram, como meu amigo Reginaldo que abriu ali a sua lanchonete para vender uma boa galinha, um bode guisado, um cuscuz, um inhame e teve que fechar. Essa é a realidade de muitos, fechando os seus estabelecimentos comerciais. A grande pergunta que a gente faz é: o vírus conseguiu se moldar a nós, seres humanos, ele mudou, ele fez uma mutação, primeira onda, variante, ele vai até o ser humano e quando nós usamos bloqueadores virais, quando nós usamos vacina, ele muda, ele contamina e ele mata. Eu sei. Mas o que não dá para entender é por que a gente vai restringir as pessoas que têm o direito constitucional de estarem ali empreendendo, levando sustento para suas casas. Não consigo compreender qual é a razão disso. Esses decretos são chicotes dados. Enquanto o STF der esses chicotes para esses homens, chefes do poder executivo, não vamos soltar. Eu vejo o decreto do prefeito Cícero Lucena, um decreto mais ameno, que vai lá e enxerga aquele estabelecimento, enxerga a necessidade de educação, enxerga as necessidades das empresas estarem abertas, ainda assim com restrições. Eu vejo isso, eu defendo isso. É um tempo de cuidado, sim. Vacinamos mais. Bloqueadores



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

virais e inúmeros medicamentos já foram colocados como protocolos porque a pessoa pode usar de forma precoce, porque toda doença é tratada de forma precoce. Não é só a covid, não. Toda doença é tratada de forma antecipada para que ela não aumente a sua potência viral ou não aumente a sua zona de malefício. Todo medicamento é feito de forma precoce. Eu não consigo compreender onde a gente vai parar com decretos restritivos. Quando eu não tinha mandato, eu passei 3 anos, vereadores, nessa Casa. Fiz um trabalho dentro do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, fazendo uma verdadeira transformação desde a sua forma legal, legislação, até poder migrar para outras secretarias, que foi o caso da Secretaria de Desenvolvimento Social, para poder receber recursos e fazer campanhas de prevenção e combate às drogas. Nunca saí na TV Cabo Branco, mas no dia em que eu disse: - olha, decretos inconstitucionais, e é inconstitucional ainda que o STF diga que não. Esses decretos não passam por um crivo de análise de uma Casa que deveria ser escutada. E sabe qual é essa Casa, vereador? Essa aqui”.

Em aparte, o Sr. vereador Marcos Henriques disse: “O vereador traz alguns pontos importantes. Eu não poderei discutir todos, mas alguns eu posso. Na França, está se abolindo a máscara. Não tem mais máscara na França, em Israel e por que isso aconteceu? Porque existiu uma lógica de você combater a doença através de medidas preventivas, através de distanciamento social, através de vários fatores que fizeram com que essa população estivesse hoje livre do vírus. O que não houve aqui no Brasil. E a gente está falando aqui também de pessoas que estão passando por necessidades. O presidente Bolsonaro diminuiu de 600 para 150 reais o auxílio emergencial. Nesse final de semana foi feita uma testagem na praia, 62% da população estão contaminados, só em 50 testes. Isso é algo preocupante. Queremos ver o comércio aberto, queremos ver as escolas funcionando, mas essa reflexão precisa ser feita no sentido de dizer como nós queremos que menos pessoas morram. As medidas do Governador visam isso, as medidas do prefeito Cícero Lucena também, elas têm algumas restrições, apesar de que eu acho que Marcílio foi muito infeliz quando falou da questão da população. Gente, a população é vítima de uma política equivocada. Isso é uma coisa, na minha opinião, que está muito clara, uma política equivocada em que não se tratou a pandemia de uma maneira a se resolver o problema, subestimou a pandemia e se negou”.

Retomando a palavra, o orador, Sr. vereador Carlão, disse: “Obrigado, vereador, pelo aparte. Concluo dizendo que o prefeito Cícero Lucena tem 5 meses de gestão e está fazendo diferente, deixando um pouco mais aliviado o comércio. Mas é preciso dizer que também não é possível que a gente permita o traslado de pessoas nas vias públicas a partir de meia noite. Isso é ruim. E é preciso dizer algo importante, prefeito Cícero, o Governador teve 2 anos, todo um tempo de gestão até aqui, durante a pandemia, V. Ex.ª tem 5 meses pra frente, para fazer diferente e melhor e vem fazendo. João Pessoa acredita na sua missão para cuidar dos pessoenses. Quando antes, não era vereador, eu corri na praia como forma de protesto aos decretos inconstitucionais. Hoje, a cidade me fez vereador para que eu reivindique essa liberdade que nos foi dada, esse direito natural de termos a nossa empresa aberta, o nosso comércio aberto e levar o sustento para nossas casas”.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

O Sr. Presidente Dinho disse: “Eu não quis comentar nada, mas é por isso que a Câmara está se preparando para voltar presencialmente. Provavelmente, a gente ia voltar agora, dia 8 de junho, era a data que ficou acertada com a direção e a Mesa Diretora, mas ontem já houve um decreto, com restrições. Infelizmente, não é uma questão política, é uma questão de saúde sanitária. Eu só abrirei as dependências da Câmara e, diga-se de passagem, o Tribunal de Justiça está fechado, a Assembleia está fechada, mas não é que estão fechados, a Câmara não está fechada, está trabalhando remotamente. A abertura para o público, eu só abrirei com todas as normas sanitárias. Há duas semanas, a gente não tinha expectativa de fechamento, já ontem tem um decreto com novas restrições. Não é uma preocupação só com a nossa saúde. É um plenário fechado, ar condicionado, ambiente que eu já pedi para a própria Vigilância Sanitária ir lá e fazer uma vistoria. Já tivemos, inclusive, funcionários que faleceram na nossa instituição, Câmara de João Pessoa, então eu não poderia deixar de falar sobre esse assunto”.

5º Orador (a)

O orador, Sr. vereador Coronel Sobreira, disse: “Trago um tema que se refere aos condutores de transportes públicos, à precariedade que há nas paradas de ônibus e ao prejuízo que há para o público. Fizemos o percurso, conhecemos algumas paradas. Da gestão anterior, algumas paradas de ônibus que foram instaladas na orla marítima e o material se oxida com a maresia, é um dinheiro jogado fora. Há paradas novas que estão sendo instaladas na Eptácio Pessoa muito bacanas, mas em compensação há locais que não há nada, só tem a sinalização vertical de parada de ônibus. Enquanto temos paradas sofisticadas e bonitas e estruturadas, que deveriam ser o padrão, temos outras que não temos nada. Ouvimos o superintendente George Morais falando da possibilidade de haver uma parceria público privada, porque quem utiliza os transportes públicos são as pessoas e eles poderiam subsidiar junto com o poder público essas paradas, ou seja, toda parada, para ela ser instalada, precisaria de ter requisitos mínimos de estrutura, inclusive, apresentamos um projeto de lei nesse sentido dando os requisitos mínimos necessários para que uma parada fosse instalada”. O orador solicitou a transmissão de um vídeo enquanto explicava: “Temos três categorias de paradas de ônibus. Na Eptácio Pessoa, foram gastos mais de R\$ 11 milhões de reais na gestão passada para estruturar a Eptácio Pessoa, pensaram em ajeitar as largas calçadas da Eptácio, mas não pensaram em disponibilizar um local para as bicicletas. Nessa avenida, as paradas que estão sendo instaladas são top de linha, mas já detectamos que elas estão se deteriorando de alguma forma. Isso é dinheiro público, é dinheiro do contribuinte e tem que ter muita responsabilidade. Ao passo que lá na orla temos parada de ônibus de ferro, que não vai aguentar. Claro que não foi dessa gestão, foi da gestão anterior, mas como é que se compra um negócio desse? Onde está a gestão? Em vários locais de João Pessoa, não temos sequer uma cobertura para proteger. Se você questiona as pessoas que estão nas paradas o que elas fazem quando chove, dizem que tem que correr. É esse cliente que as empresas de ônibus querem que adentrem os seus ônibus, paguem as passagens e se locomovam, mas são essas pessoas que precisam ser bem tratadas. Vi que o vereador Junio Leandro abordou a questão dos motoristas. Quando eu entreguei o dinheiro ao motorista ele passou um minuto. Veja o vídeo: Essa senhora na parada do ônibus, quando a perguntei



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

sobre o que faria caso chovesse, ela disse que teria que ir para a funerária. O motorista tem a preocupação de receber o dinheiro, dar o troco, cumprir a rota, cumprir o horário e ainda tem que contar quantos passageiros tem em pé para não deixar o 13º entrar. Olha só a atribuição do motorista! É humanamente impossível, aí tem um acidente, um atropelamento e vai querer responsabilizar o motorista. Observem essa parada de ônibus em Manaíra, não tem 4 anos de instalada e é dinheiro público jogado fora. Veja essa parada da Epitácio Pessoa, deveria ser a padrão, mas mesmo assim está danificada. Se não for um material bacana e bem instalado, esse material vai se perder. Nós, vereadores, e os gestores públicos temos que estar atentos a isso porque trata-se do dinheiro do contribuinte. Então, é a questão dos motoristas, das paradas que é condição indispensável para que as pessoas tenham estímulo de usar o transporte público e, por fim, a mobilidade urbana. Finalizo parabenizando a Semob, vejo que o superintendente George Morais é empenhado, vai para as ruas, hoje fez intervenções importantes. Uma delas nas alças da Rua da Mata para a Via Litorânea deixando com o sentido único e com uma abertura híbrida para o pedestre e o ciclista. Era uma via de mão dupla onde dois caminhões não passavam e agora está com mão única e com espaço para ciclista e pedestre. Por fim, fazer uma correção numa fala anterior quando falei em China onde na verdade quis falar Índia que tem uma população muito maior que a do Brasil”.

Em aparte, o Sr. vereador Marcos Henriques disse: “Parabenizo o pronunciamento pelo assunto das paradas e dos motoristas porque afinal de contas trata-se da segurança dos passageiros. Pedir ao presidente que possa realizar as audiências públicas remotas já que não poderemos ter as sessões presenciais”.

O Presidente Valdir Dowsley – Dinho disse: “No Ato que está sendo elaborado já constam as datas para retorno e para as audiências”.

4 ENCERRAMENTO

Às 12h56, o Sr. Presidente, vereador Dinho, declarou encerrada a presente sessão, marcando a próxima em local e data regimentalmente estabelecidos.

Esta ata foi elaborada pelo Núcleo de Redação de Atas da Casa (****), sob a orientação da Primeira-Secretaria da Mesa Diretora dos Trabalhos, e submete-se à apreciação plenária.

(*) Com base nos dados registrados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL – sobre a referida Sessão.

(**) De acordo com pauta emitida pelo Setor de Expediente registrada no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
NÚCLEO DE REDAÇÃO DE ATAS

(***) Com base na pauta emitida pela Secretaria Legislativa e em relatórios de votação disponibilizados no Sistema de Apoio ao Processo Legislativo – SAPL.

(****) Com base nos registros de áudio dos discursos proferidos, em documentos e em reprografias remetidos ao Núcleo.

Em ambiente virtual, aos 20 dias do mês de maio do ano de 2021.

Vereador Dinho
Presidente da Mesa

Vereador Damásio Franca Neto
Primeiro-Secretário